

O artigo 12º atribui ao INCA o papel de articulação técnica e integração, e no seu parágrafo único define o CONSINCA como órgão de apoio técnico do MS.

Os artigos 18º e 19º estabelecem prazos de 6 meses para novos credenciamentos e de 12 meses para as Diretrizes Regionais.

O artigo 20º revoga a Portaria SAS/MS 113 de 31.03.99.

Conforme se pode observar, esta Portaria redefine as características e atribuições dos prestadores de serviço em Oncologia. Deixa claro que o atendimento através de Serviços isolados tende a desaparecer e é necessária a articulação técnico-administrativa destes com Unidades Assistenciais e CACONS. Valoriza o papel do Gestor e das Secretarias de Saúde na definição de prioridades e mecanismos de assistência, estabelecendo prazos para sua progressiva implantação. Confirma a importância do CONSINCA como órgão de apoio técnico, o que torna essencial a participação e a união das diferentes entidades que dele fazem parte, no estabelecimento de projetos de interesse comum.

Portaria 756 – 27.12.05

Estabelece as Redes Estaduais ou Regionais de Assistência ao paciente neurológico na alta complexidade. Determina as condições técnicas, definições e níveis de atendimento de alta complexidade em neurocirurgia (tabela 2) e neurologia (tabela 3):

Tabela 2: Níveis de alta complexidade em neurocirurgia

Nível

- I Neurocirurgia do Trauma e anomalias do desenvolvimento
- II Neurocirurgia da coluna e nervos periféricos
- III Neurocirurgia dos tumores do SNC
- IV Neurocirurgia vascular
- V Neurocirurgia da dor e funcional

Tabela 3: Níveis de alta complexidade em neurologia

- I Investigação e cirurgia da epilepsia
- II Tratamento endovascular
- III Neurocirurgia Funcional Estereotáxica

O artigo 6º - item 1 sugere a criação de um Centro de Alta Complexidade para cada 5 milhões de habitantes, propondo uma hierarquização da prioridade assistencial para os Hospitais Públicos, seguidos dos Filantrópicos sem fins lucrativos e por fim dos privados lucrativos.

O artigo 7º, em parágrafo único destaca o papel das Sociedades Científicas das especialidades envolvidas e reconhecidas pela AMB como os órgãos civis de apoio técnico-científico.

Os artigos 12º e 14º estabelecem a necessidade de autorização prévia do Gestor do SUS e incluem no CNES (Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), SIA/SUS (Sistema de Informações Ambulatoriais) e SIH/SUS (Sistema de Informações Hospitalares) – código 529 – Serviço de Assistência de Alta Complexidade em Neurocirurgia e classificações (001 a 008).

Cabe destacar que os Serviços que desejarem prestar atendimento ao SUS nos diferentes níveis apresentados na Portaria devem solicitar autorização ao Gestor, que de acordo com as condições técnicas e populacionais da região autorizará o funcionamento, conforme a posição hierárquica do estabelecimento nas normas da Portaria. Tal condição é indispensável para a realização pelo SUS, de alguns procedimentos especializados em Radioterapia (por exemplo: Radioterapia estereotáxica e radiocirurgia), conforme se verá na Portaria subsequente.

Portaria 757 – 27.12.05

Inclui novos códigos, normas e valores para procedimentos relacionados à radiocirurgia.

Código	Procedimento	valor
28.001.22-8	Radiocirurgia por estereotaxia – hum isocentro	R\$ 5.000,00
28.001.23-6	Radiocirurgia por gamma knife – hum isocentro	R\$ 5.000,00
28.011.24-4	Radioterapia estereotáxica fracionada	R\$ 5.000,00

Determina que os recursos orçamentários sejam disponibilizados do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC), onerando, portanto Municípios e Estados.

Para fazer jus à realização dos procedimentos o Serviço precisa estar habilitado como Centro de Alta Complexidade em Neurocirurgia.

A Portaria apresenta anexo que estabelece as Diretrizes de Procedimentos de Alta Complexidade e Alto Custo para Radiocirurgia cerebral, dividindo as indicações em três classes - Classe I: Há indicação para radiocirurgia cerebral; Classe II: não há indicação preferencial de melhor tratamento radiocirúrgico cerebral com ou sem uso de implantes e Classe III: não há indicação de tratamento radiocirúrgico cerebral.

Conclusão

O pleno exercício da especialidade passa obrigatoriamente pelo respeito e adequação às diferentes normas técnicas que regem a atuação dos vários profissionais e das entidades prestadores de assistência. Esta revisão não substitui a leitura e a análise de cada uma das Portarias Governamentais, até porque, os pontos destacados levam em consideração uma visão inteiramente pessoal. Dentro da rotina assistencial cada vez complexa da especialidade e do corre-corre do dia-a-dia, nem sempre encontramos tempo para acompanhar as mudanças de normas e regras que regem a nossa própria atuação. A familiarização com os vários artigos, itens, parágrafos e anexos permite a adoção de medidas que irão habilitar as Instituições à assistência, aprimorando o atendimento e “encurtando distâncias”, em um país-continente como o Brasil. Guardadas as peculiaridades estaduais, o Ministério da Saúde, através do SUS, é o responsável por 75-80% da assistência em radioterapia e oncologia no território nacional. É fundamental que os prestadores de serviço ao SUS tomem conhecimento e se adaptem às novas normas, solucionando eventuais pendências e implementando ações junto aos gestores regionais, de forma a garantir a qualidade e a continuidade do atendimento, a constância dos recebimentos pelos serviços prestados e fundamentalmente, a promoção de saúde.

Dr. Paulo Eduardo R. S. Novaes é Presidente da Comissão de Ética, Ensino e Pesquisa da SBRT, Médico Titular do Departamento de Radioterapia do Hospital do Câncer AC Camargo, em São Paulo (SP).